



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO: INTERESSES E CONFLITOS

Ana Carolina Aguerri Borges da Silva

Grupo de Pesquisa em História Econômica e Social Contemporânea – GPHEC/UNESP –
Araraquara – SP

e-mail: anaguerri@hotmail.com

A idéia de transpor águas do Rio São Francisco, remonta há mais de um século. Surge pela primeira vez no século XIX num ambiente em que a seca do Nordeste Brasileiro, já contribuía, como hoje, para o agravamento das mazelas sociais daquela região. Como é de consenso, sabemos que a seca no nordeste é uma parte dos grandes problemas do nosso país, e também objeto de análise e controvérsias.

O Nordeste brasileiro vive o contexto da seca e as consequências provocadas e também intensificadas pela seca há séculos. A dinâmica social e política nordestina, e porque não dizer brasileira, permite de certa forma que as políticas de governo sejam influenciadas por interesses de certos setores da sociedade, que submetem grupos desprovidos de poder econômico aos seus interesses comerciais e políticos.

Entre o final de século XIX e todo o século XX, existiram três momentos em que a transposição do Rio São Francisco foi colocada em debate. No primeiro momento, entre 1882 e 1985, e no segundo entre 1993 e 1994, predominou a questão política eleitoral. Sendo criticado pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, por não terem fundamentação e consistência técnica, pois previam uma retirada absurda de 300 a 500 m³/s e serviam como parte de campanhas eleitorais (ANDRADE, 2002).

Durante o Império, as idéias para solucionar o problema da seca surgem em alguns momentos, através de políticas, como no ano de 1831, quando o governo imperial adota providências para o combate da seca como, por exemplo, a decisão da Regência Trina, que autorizava a abertura de poços artesianos profundos (Coelho, 2004). No ano de 1847, a idéia da transposição das águas do Rio São Francisco é elaborada pela primeira vez, por um engenheiro chamado Marcos de Macedo, que a defende no Parlamento e também ao Imperador Pedro II, como um meio de combater os problemas gerados pela seca, mas não obtém apoio (Caúla e Moura, 2006).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Além disso, na ocasião, Dom Pedro II contrata o então conhecido engenheiro austríaco Henrique Halfeld para realizar um estudo detalhado do rio São Francisco e propor uma solução para a transposição de suas águas.

Entretanto, segundo Lima (2005), a idéia oficial do projeto de transposição do Rio São Francisco, nascida durante o Império, surge quando a Comissão Científica de Exploração, chefiada pelo engenheiro e físico brasileiro Guilherme Schuch de Capanema, o Barão de Capanema, propõem a construção de açudes e a integração do Rio São Francisco com os rios do Nordeste Setentrional. A proposta, apesar de ousada, surge em resposta à tragédia causada pela grande seca daquele século, que levou à morte quase dois milhões de habitantes do Nordeste. Assim, em 1884 resolve-se construir o primeiro Açude no Ceará, o de Quixadá. Entretanto, esse açude só foi inaugurado 22 anos depois, na ocasião em que se institucionalizou a Inspeção Federal de Obras contra a Seca (IFOCS).

Dessa forma, segundo Mello (2004) a transposição do rio passa a ocupar a mente e a imaginação de engenheiros e intelectuais, como por exemplo, Euclides da Cunha e além disso, diversos projetos passam a ser elaborados pelos sucessivos governos da República para a transposição de tal rio, conhecido como “rio da integração nacional”, por ser o eixo de ligação entre o nordeste e o sudeste do Brasil.

A idéia de “rio da União Nacional” é um paradoxo, para “o fragmentado rio São Francisco”, pois a própria idéia de “união” tem gerado visões distorcidas e ações diferenciadas dos governos federal e estaduais, além de ter dado origem a projetos polêmicos, como o da transposição de águas do rio São Francisco para o polígono da seca, que ao ser proposto pelo governo federal, recebeu várias respostas dos governos estaduais e da sociedade civil (Andrade, 2002).

Mas é a partir de meados do século XX, que o Estado Brasileiro passa a interferir sistematicamente na região do semiárido, com várias medidas, como por exemplo, a utilização de uma porcentagem das rendas tributárias federais em projetos de aproveitamento do potencial econômico do rio São Francisco e afluentes, tal como promulgado pela Constituição de 1946 (Mello, 2004).

É também nesse período histórico, que o movimento a favor da transposição foi conquistado adeptos, principalmente, quando as secas agravavam o quadro das populações miseráveis. Em 1958, o engenheiro Mário Ferracuti divulgou seu projeto na revista “O Cruzeiro”, em que propunha a construção de uma barragem para represar o São Francisco perto de Cabrobó (PE), com o objetivo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de bombear água para o Ceará e Rio Grande do Norte (Coelho, 2004).

No início da década de 1980 através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), dentro do Plano de irrigação do semiárido, novamente é renovado o interesse pelo Rio São Francisco, agora como parte do planejamento, com o objetivo de complementar as águas dos rios nordestinos com uma captação de 42,4 m³/s de sua vazão (Lima, 2005).

Para tanto, em 1983, Mário Andreazza, no momento em que disputava sua indicação como candidato à Presidência da República, na eleição indireta, apresenta um projeto resgatando a idéia da transposição, como um dos pontos da sua plataforma de governo. Porém, como foi derrotado na convenção da Arena, pelo seu oponente Paulo Maluf, sua proposta caiu no esquecimento (Coelho, 2004).

No início dos anos 90, no governo de Itamar Franco, o então Ministro da Integração Nacional, Aluísio Alves (ex-governador do Rio Grande do Norte), resgatou a discussão sobre a transposição, propondo a construção de um canal em Cabrobó, que retiraria 150 metros cúbicos de água por segundo, para beneficiar áreas do Ceará e do Rio Grande do Norte. O Tribunal de Contas da União (TCU) não aprovou o projeto devido a previsão dos gastos; também não foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, por não fazer parte do planejamento da administração federal (Coelho, 2004).

Segundo Andrade (2002), passa a ser conhecido como “Projeto São Francisco”, e nessa ocasião, é organizado na Câmara dos Deputados Federais, o grupo de trabalho – A transposição das Águas do Rio São Francisco. Em 2000, tendo como relator o então deputado Marcondes Gadelha, propôs que o projeto fosse implementado “o quanto antes”, incluindo a venda da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, como forma de sustentar economicamente o empreendimento, assim como a proposta da transposição do rio do Sono, no Tocantins para o Rio São Francisco como medida para “compensar a perda de recursos hídricos”. O projeto e seus custos foram justificados com o argumento de que os gastos seriam menores comparados aos gastos com medidas emergenciais contra a seca, e também a sua execução aumentaria a sustentabilidade no desenvolvimento econômico e social da região.

Assim, é no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, que a Secretaria Especial de Políticas Regionais, ocupada pelos paraibanos Cícero Lucena e Fernando Catão, redesenha a versão do projeto de Aluísio Alves e nele incluem duas transposições para levar água para a Paraíba. Pouco tempo depois, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba –



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CODEVASF desenvolve um projeto que irrigaria o semiárido, com as obras estipuladas para serem efetivadas de 25 a 30 anos (Coelho, 2004) Dessa forma, em 1994, é constituído o projeto final, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) (Mello, 2004).

“Apresentado pelo governo Fernando Henrique como uma solução consistente para o problema da seca no semiárido nordestino, o projeto de transposição catalisou e catalisa muitas disputas políticas. Nos debates sobre a formulação e realização do projeto participaram agentes sociais com concepções distintas sobre o que é ou poderia ser o rio São Francisco. Trata-se de concepções que compõem, constroem e produzem efetivamente objetos distintos. Enquanto se disputarem projetos para o futuro do rio São Francisco, são diferentes rios e ações capazes de engendrará-los que estarão, de fato, em disputa (MELLO, 2004: 110).”

O ex-ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, propôs uma nova versão de projeto, com menores dimensões em comparação ao da CODEVASF, agora concebido para transferir águas do São Francisco para as bacias adjacentes do Nordeste Setentrional, localizadas nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Foi estimado o gasto de 2,7 bilhões de reais. A proposta era captar recursos do BNDES e também a privatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, além do encaminhamento de novas tentativas de empréstimos junto ao Banco Mundial, pois foi quem financiou os primeiros estudos da transposição.

No segundo governo de Fernando Henrique (1998 – 2002) o projeto contou com a formação do Grupo de Trabalho sobre a Transposição na Câmara dos Deputados, que realizaram 18 audiências públicas e, entretanto,

“as entidades da sociedade civil que se mobilizaram em defesa do Rio São Francisco não foram convidadas a participar das audiências públicas. Além dos representantes dos governos, foram convidados o presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o empresário Antônio Ermírio de Moraes (vice-presidente do grupo Votorantin) e um professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (MELLO, 2004: 106).”

Em junho de 2001, é lançado pelo Governo Federal, o Decreto – Lei N° 3883, que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

substituíra, na agenda do programa Avança Brasil, o projeto de transposição por um projeto de revitalização, e para tanto, foi criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, composto pelos secretários de recursos hídricos dos sete estados envolvidos no debate, além do IBAMA, da Agência Nacional de Águas e representantes da sociedade civil (Mello, 2004).

Os motivos que levaram o Governo FHC a desistir do projeto foram muitos e diversos. Em primeiro lugar, a ausência de consenso político em sua própria base de apoio; em segundo, a saída do governo em maio de 2001, do principal defensor do projeto, o então ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (PTB-RN). Além disso, o projeto previa a possibilidade de queda em até 10% da produção de energia da Central Hidrelétrica do São Francisco, o que causaria danos incomensuráveis num contexto nacional de racionamento energético, somando-se a esses fatos, as várias audiências públicas de análise do Relatório de Impacto Ambiental do projeto de transposição, que foram canceladas por decisão judicial e pela forte articulação dos movimentos sociais contrários ao projeto (Mello, 2004). E também, o fato de em 2002, ao assumir o Ministério do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, convence o Presidente Fernando Henrique de que era um grande erro o projeto defendido pelo Sr. Fernando Bezerra (Coelho, 2004).

A ideia da transposição sempre esteve pautada na justificativa de que o plano resolveria os problemas gerados pela seca no nordeste. E é sempre com esse objetivo que ela renasce nos vários governos verificados. Não será diferente no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. E da mesma forma que esse projeto não estava nas campanhas eleitorais dos governos democráticos anteriores, também não se encontrava no plano de governo de Lula da Silva. O projeto vai renascer das cinzas, pautado num discurso salvacionista e desenvolvimentista e passa a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, além de novamente trazer à discussão nacional as opiniões diversas e contraditórias sobre o projeto.

No ano de 2003, no primeiro governo do Presidente Lula da Silva, é enviado ao Congresso Nacional o plano de investimentos do governo para o período 2004-2007, o plano Plurianual (PPA), nele estava contida a primeira obra de infraestrutura de seu governo: o Projeto de Transposição do Rio São Francisco para a região do Semiárido Nordestino, com ênfase na ampla participação da sociedade civil na elaboração do Plano. Entretanto, mais de 500 organizações da sociedade civil reagiram ao conteúdo final do PPA, enviando uma carta pública ao Presidente, expressando o inconformismo com relação às decisões governamentais, que colocariam em risco a sustentabilidade do país (FONTES, 2003). A carta foi direcionada às grandes obras de infraestrutura



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

geradoras de fortes impactos socioambientais, como a liberação do plantio de transgênicos e à omissão do governo em relação às mudanças climáticas (Mello, 2004).

Ao endossar o projeto, o governo encarrega o vice-presidente da República José de Alencar (PL), de coordenar as articulações em favor do projeto. Dessa forma, retorna à cena os antigos defensores do projeto, como é o caso do Senador Fernando Bezerra, que logo parte para a campanha a favor do projeto, publicando artigos nos principais jornais ressaltando o fato de que, quando deixou o Ministério da Integração Nacional, no governo Fernando Henrique Cardoso, faltava apenas o Congresso aprovar o orçamento inicial da obra e vencer as resistências locais (Coelho, 2004).

Em 2004, retomada com mais força a discussão em torno do Projeto da Transposição das Águas do Rio São Francisco, é esclarecido que, o volume a ser captado seria de mais 50% ao proposto em 1980, destinado a parte dos territórios dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, onde, segundo as fontes oficiais (BRASIL, 2005), seriam beneficiados doze milhões de nordestinos. Entretanto, fica evidente que essa água “apenas resguardará a permanência de águas de alguns açudes, num processo de sinergia hídrica, no dizer dos técnicos, e atenderia as necessidades de sobrevivência nos longos corredores de dez quilômetros de largura por onde passará o canal dos Estados acima mencionados” (Lima, 2005).

Dessa forma, no cenário nacional, retomam-se os conflitos entre aqueles que defendiam o projeto e aqueles que questionavam a viabilidade do mesmo. E assim, da mesma forma, se multiplicam as atividades empresariais na região sanfranciscana, atividades que utilizam irrigação. Surgem entidades que reúnem agricultores, pecuaristas e industriais para o combate de planos governamentais que pudessem colocar em risco as suas atividades. Além disso, multiplicam também as iniciativas da sociedade em defesa do São Francisco, como é o caso do Projeto Manuelzão, contra a poluição do Rio das Velhas, principal afluente do São Francisco (Coelho, 2004).

Além disso, há a hipótese de que, esse projeto está estruturado para impulsionar a realização de gigantescas obras no Nordeste, marcada pelo reaparecimento de um grupo de empresários e políticos que pressionam de forma renitente a administração federal, a fim de conseguir que essas empreitadas sejam realizadas, tal grupo reaparece a cada início de governo com essa finalidade. Segundo Coelho (2004), esse “lobby” trabalha com a participação de um pessoal qualificado para exercício de funções bem definidas, organizando assessorias técnicas para redigir estudos,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pareceres, discursos, etc., além de participar de reuniões de encontros, quando o tema é a transposição do São Francisco. Tais assessores atuam há muitos anos com o apoio do Ministério da Integração Nacional e do Instituto de Pesquisas Espaciais sediada em São José do Rio dos Campos, denominada Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE, dirigida por um brigadeiro do ar aposentado, José Armando Varão Monteiro. Sendo essa instituição, responsável por contratar firmas de consultoria para realizar estudos; entre elas aparecem a VBA CONSULTORES e o consórcio JAAKO PÖYRY-TAHAL.

Com relação a administração federal a o Congresso, desempenham função relevante, políticos que se comprometeram com a realização do projeto, como o ex-ministro Aluísio Alves, além de pessoas que militam nos meios de comunicação, colocando artigos na imprensa, sugerindo pautas e aliciando jornalistas.

“Há o argumento de que a transposição do rio São Francisco deve ser realizada para atrair também recursos financeiros, como atrativos que visem contribuir para a renda dos estados beneficiários. A participação é a chave para definição das principais dimensões da aceitabilidade social do projeto. O envolvimento da sociedade, nas discussões e negociações, ajuda a incorporar, na análise dos conflitos de uso da água, aspectos sociais e ambientais. O lócus institucional, legal e legítimo para dirimir esses conflitos e consensuar pactos são os comitês de bacias hidrográficas, numa postura ética, transparente e de respeito mútuo entre os envolvidos (Caúla e Moura, 2006: 11).”

Segundo Francisco de Oliveira (2006), a configuração política na ascensão do Presidente Lula da Silva ao Governo Federal, era da possível reconstrução do sistema de poder, baseado na ideia de uma vontade de “união nacional”, acima da luta de classes, que se faz sob uma nova dominação proveniente de duas matrizes, que se apresentam em alguns momentos de forma contraditória, mas que possui em comum o fato de estarem ligadas ao processo de mundialização do capital. A primeira matriz é a da financeirização que, “articula a reiteração do financiamento externo da acumulação de capital, já que a mundialização tornou insuficientes as fontes internas, com a emergência das novas formas financeiras do sobrevalor interno, expresso no sistema bancário, cujo lucro depende em grande medida das operações com títulos do governo, e nos fundos de pensões” (Oliveira, 2006: 35). E uma segunda matriz, proveniente do setor das exportações, com uma expansão rápida do capital, “capitaneada pelo agronegócio, que segue em ascensão praticamente há três décadas.” (Oliveira, idem: 36)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

É nesse contexto político e social que o projeto de transposição do Rio São Francisco foi aprovado em janeiro de 2005 pelo conselho de Recursos Hídricos, apesar da resistência do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, como seus 60 membros. O Comitê de Bacia Hidrográfica é um órgão criado em 1997, pela legislação brasileira, uma entidade normativa, consultiva e deliberativa, vinculado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, com o objetivo de atuar como um “parlamento das águas”, um fórum de decisões no âmbito de cada bacia hidrográfica, contando com representantes dos governos federal, estadual, municipal, da sociedade civil, e dos usuários, tendo ainda como objetivo, promover a participação de todos os agentes políticos e sociais interessados nas decisões sobre os aspectos ambientais e utilitário da água (Andrade, 2002).

Além do Comitê, há outro órgão de participação, o Fórum Permanente de Defesa do Rio São Francisco, que faz alianças entre setores da sociedade civil (CREAs, Movimento de Defesa do rio São Francisco/Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas), usuários (Associação dos pescadores e trabalhadores rurais) e ONGs (APEDEMA, Instituto Velho Chico, Fundifran, Cáritas, CPTs, GAMBA), que tem como objetivo fortalecerem a articulação entre comunidades locais e influenciar as decisões do comitê provisório da Bacia do Rio São Francisco. O Fórum de Defesa Permanente também engloba o Fórum de Defesa- Sergipe e a Comissão de Defesa do rio São Francisco no Alagoas. O Fórum Permanente “reivindica uma maior paridade nas representações da sociedade civil no poder executivo do CBHSF. De acordo com o provável regimento interno, a sociedade civil representaria somente 20% dos membros do comitê e o Fórum de Defesa permanente do rio São Francisco está reivindicando maiores debates públicos para decidir sobre a paridade e participação da sociedade no CBHRSF” (ANDRADE, 2002).

Assim, em 2006, após análise do EPIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental, a realização de vistorias e de uma sequências de audiências públicas nos estados envolvidos, o IBAMA concedeu, ao Ministério de Integração Nacional, licença previa para o projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do nordeste setentrional (Caúla e Moura, 2006). O projeto, incorporado ao Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), recebe o aval do IBAMA, e em março de 2007, é expedida a licença de instalação do projeto.

Segundo AB'Saber (2006: 7),

“quando se percebeu a grandiosidade do erro em termos sociais e políticos, passou-se a falar, entre os maiores interessados na implantação do projeto, em uma *revitalização* prévia do Vale



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

do Rio São Francisco. Como se essa tarefa fosse factível em face da ordem de grandeza espacial do vale e da complexidade socioeconômica dos homens habitantes. De forma, que a palavra utilizada epidermicamente teve apenas um valor demagógico. No que tange aos sertões pseudamente receptores de recursos hídricos a serem tirados do São Francisco, desde o início se falou em “águas para todos”, como se um projeto linear tivesse força para abranger areolarmente todos os sertões povoados de além-Araripe. Mais do que isso, procurou-se dizer que a transposição garantiria águas para beber. Sem lembrar que um certo volume de águas poluídas misturadas com águas salinizadas de alguns açudes impediria o uso imediato das águas para fins potáveis.”

Dessa forma, o projeto reeditado pelo Governo Federal, tem o objetivo de integrar as bacias do Rio São Francisco com bacias do Nordeste Setentrional, beneficiando os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e parte de Pernambuco, com a utilização de sistemas de bombeamento via canais artificiais de água, com a justificativa de promover o uso sustentável dos recursos hídricos (Caúla e Moura, 2006).

Os interesses em torno da transposição de águas do Rio São Francisco, são também interesses sobre o destino dessas águas e os territórios envolvidos, e desse modo, envolvem igualmente conflitos sobre o uso dos solos. Para Andrade (2002: 25), esse conflito apresenta três posições:

“De um lado encontramos os moradores da bacia e aqueles que vivem na beira do rio (ribeirinhos, pescadores, populações indígenas) e os que defendem o rio (ONGs e outras entidades da sociedade civil) – estes identificados com o rio, afirmam que o rio está doente, querem um rio forte, com peixes, com cheias; do outro lado, os órgãos dos governos federal, estaduais e municipais que reconhecem a degradação da bacia, mas ao mesmo tempo desejam desenvolver a economia local do NE usando as águas descritas por leis federais ou estaduais (dos tributários) com a finalidade de abastecimento urbano residencial e industrial, geração de energia elétrica e irrigação de culturas voltadas ao mercado exterior”.

Na literatura disponível temos análises e opiniões diametralmente opostas em relação à implantação do projeto. Os defensores do projeto apresentam três principais argumentos: primeiro, que a obra é indispensável para resolver a situação de milhões de habitantes nordestinos; segundo, que a retirada de águas é de apenas 3% da sua vazão, e por isso não afetaria a utilização que já vem sendo feita de suas águas; terceiro, que o custo da obra é baixo em relação à economia com o



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

combate à seca.

Para Caúla e Moura (2006), os promotores do projeto, argumentam que a transposição constitui uma prática de responsabilidade social, onde serão gerados, na fase de execução, cerca de 5 mil empregos diretos e após a conclusão, serão 180 mil empregos na área rural, o que evitará o êxodo de aproximadamente um milhão de pessoas para os grandes centros urbanos e a viabilização da reforma agrária no Brasil.

Já na visão de Andrade (2002), o projeto de transposição pode ser caracterizado como desenvolvimentista, pois tenta sustentar uma taxa elevada de crescimento urbano populacional e econômico, com a justificativa de aumentar a oferta de água nas bacias receptoras, além de contribuir para o acréscimo do nível de garantia obrigatoriamente necessário para o suprimento de água do nordeste, promovendo dessa forma o aumento do consumo de água para a irrigação, para a indústria e para os centros urbanos.

As críticas são muito contundentes. Para um dos grandes críticos do projeto, o professor Aziz Ab'Saber (2006), o fato de no nordeste setentrional existir gente por toda a parte, transformou a nossa região sertaneja sofrida na região semiárida mais povoada do mundo e de mais difícil atendimento social efetivo. Prossegue sua reflexão afirmando que atender ao desenvolvimento de uma agricultura irrigada no semiárido, não é uma questão de um simples investimento, pois envolvem especulação e valorização das terras, conflitos entre posseiros e fazendeiros, desapropriação de terras férteis, empreguismo e a necessidade de reforma agrária socialmente justa. Para tanto, afirma que:

“Para justificar o projeto de transposição de águas perante a opinião pública nacional, falou-se em ‘águas para todos’ – todos os nordestinos, evidentemente – e, a partir daí passou-se a falar que seriam beneficiados milhões de sertanejos. E nunca se mencionou para que classes sociais a transposição iria interessar. Os proprietários de terras absenteístas ficaram radiantes porque, antes que as obras começassem, houve valorização dessas terras. Os vazendeiros, que cultivavam o leito e faziam culturas de ciclo curto no leito exposto do rio, por cinco a seis meses, ficaram apavorados, porque iriam perder o único espaço possível de utilização pelos sertanejos roceiros sem-terras (Ab'Saber, 2006: 13).”

As consequências da obra em andamento desde o ano de 2007, já estão sendo sofridas pela população que habita as terras da bacia do rio São Francisco. Aqueles que dependem da existência



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

do rio para a sobrevivência: comunidades ribeirinhas, comunidades de trabalhadores rurais que praticam a agricultura de subsistência tradicionalmente, comunidades indígenas, comunidades remanescentes de quilombolas. Populações sendo desapropriadas, retiradas do local tradicional de existência, onde vive da prática da agricultura há séculos, sendo expulsas e intensificando o processo de êxodo rural, os jovens sendo desestimulados à viverem no campo, partem em busca de uma vida melhor nas cidades.

Concordamos com Ab'Saber (2006), quando afirma que é necessário incorporar às condições do mundo físico e ecológico, o conhecimento socioambiental das comunidades sertanejas residentes, semiescravidadas pelas dificuldades quase incorrigíveis da radical estrutura agrária vigorante na região.

“Ninguém seria contra transposição de águas do Rio São Francisco se houvesse projetos paralelos simples e bem distribuídos por todos os sertões a fim de fazer ascender socioeconômica e socioculturalmente os mais pobres e desventurados habitantes do interior brasileiro (...)” Entretanto, “um projeto certamente eleitoreiro e desenvolvimentista somente vai atender a fazendeiros absenteeistas da beira alta de alguns vales e a empreiteiras desesperadas por um novo ciclo de lucratividades (AB’SABER, 2006: 13).”

Além disso, sabemos que o escoamento das águas do Rio São Francisco, para o nordeste setentrional passará por regiões onde as terras são latifúndios, e que essas águas servirão para a irrigação dessas fazendas, pertencentes à grandes empresários do agronegócio brasileiro.

Contudo, conclui-se, que trata-se de um megaprojeto, que visa o desenvolvimento capitalista local, que em nada contribui para o desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente justa. Podendo somente beneficiar grupos pertencentes à classe social econômica e politicamente dominante, além de submeter a população desfavorecida economicamente às consequências dos problemas ambientais gerados com tal empreendimento.

5 - Bibliografia:

AB'SABER, Aziz. *A quem serve a transposição?* In: Folha de São Paulo – Tendência e Debates – 20/02/2005.

AB'SABER, Aziz. *A transposição de águas do São Francisco: análise crítica.* In: Revista USP, São



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Paulo, n.70, p. 6-13, junho/agosto 2006.

- Ab'Saber, Aziz. *Nordeste sertanejo: a região semiárida mais povoada do mundo*. In: Estudos Avançados 13 (35), 1999. Disponível em www.scielo.org. Acessado em: 26/05/2010.
- AB'SABER, Aziz. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. In: ESTUDOS AVANÇADOS 13 (36), 1999.
- ACSELRAD, H. *Sustentabilidade, Espaço e Tempo*. In: A Construção da Sustentabilidade – uma perspectiva democrática sobre o debate. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Classes Sociais e Agricultura no Nordeste*. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1985.
- ANDRADE, Renata Marson Teixeira de. *Um povo esquecido: projetos apagam a biodiversidade e o território tradicional no Rio São Francisco*. In: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/02/13.shtml>. SBPC. Universidade de Campinas, 2005.
- ANDRADE, Renata Marson Teixeira de. *Da Transposição das Águas do Rio São Francisco à Revitalização da Bacia: as várias visões de um Rio*. Report International Rivers Network, Rios Vivos e Fórum de Defesa do Rio São Francisco, São Paulo, Brazil, 2002.
- ANDRADE, Renata Marson Teixeira de. *Quebrando o "Rio da unidade nacional: comunidades tradicionais na política do Rio São Francisco*. Em Concursos de Monografias sobre Temas Brasileiros. São Francisco: Consulado do Brasil, 2005. Disponível na página do googleacademico. Acessado em: 02/05/2010.
- ANDRADE, Renata Marson Teixeira. *Um povo esquecido: projetos apagam a biodiversidade e o território tradicional no Rio São Francisco*. In: Dossiê Nordeste Seco, s/d. Disponível em: www.biodiversidadedla.org. Acessado em: 04/06/2010.
- BEZERRA, E. *O Rio São Francisco: a polêmica da transposição*. Fortaleza: Série A Gráfica, 2002.
- Campos, J.N.B. e Studart, T.M.C. . IN: IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas". ABRH, Foz do Iguaçu, 2001.
- CARVALHO, Joviniano Soares de. *Transposição do rio São Francisco: realidade e mito*. Cadernos de Ceas. 2004, n. 210, mar/abr, p. 11-22
- CAÚLA, Bleine Queiroz e MOURA, Graziella Batista. *Aspectos ambientais e jurídicos da transposição do Rio São Francisco*. In: III Encontro da ANPPAS – 23 a 26 de maio de 2006.
- CHESEF, J. P. A. et. al. *Transposição (subsídios para debate)*. Recife, CHESF, 2000.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

CNBB – CÁRITAS – CPT - CREA/BA e CESE. Manifesto do Seminário “ O RIO SÃO FRANCISCO - QUESTÃO DE VIDA OU DE MORTE” Salvador, 08 de maio de 2000.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *O SÃO FRANCISCO: transpor águas ou erros*. 2004.
Disponível: <http://www.acesa.com/gramsci/?id=4&page=visualizar>. Acessado em: 29/05/2010.

CORONATO, Marcos. Um rio de dinheiro. Uma nova transamazônica para uns, a salvação do nordeste para outros – a despeito da polêmica, o governo promete fazer a transposição do rio São Francisco. *Exame*. 2004, v. 38, n. Fev, p. 36-38.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FILHO, M. J. P. Transposição causa polemica entre cientistas na SBPC. *Gazeta Mercantil*. São Paulo, 2001.

FONTES, Cristiane. “ONGs enviam carta à Lula solicitando a adoção de medidas em prol da sustentabilidade do país”. *Rio Grande do Sul: EcoAgência*, 20 de outubro de 2003.

FURTADO, Celso. *Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado/Entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GUIMARÃES Jr., João Abner et alli. A Transposição do Rio São Francisco e o RN. *Natal*, julho/2000.

LIMA, Luiz Cruz. *Além das águas, a discussão no nordeste do Rio São Francisco*. In: *Revista do Departamento de Geografia*, 17, p. 94-100, 2005.

MAGALHÃES, P. C. *A Transposição das Águas do Rio São Francisco*. In: *Ciência Hoje*. Instituto Ciência Hoje (SBPC), nº 217, v. 37, julho, p. 40-52, 2005.

MALVEZZI, R. *O Limite das Águas*. *Agenda Latino Americana* de 2001.

MARQUES, Luis Henrique. *Transposição do rio São Francisco: opiniões divididas. Apresentamos como solução para a seca do nordeste, o projeto do governo tem sido motivo de um complexo debate entre políticos*. *Cidade nova*. 2004, v. 46, n. 12, Dez, p 16-18.

MEDEIROS FILHO, J. e SOUZA, I. *A seca do Nordeste, um falso problema. A política de combate às secas antes e depois da SUDENE*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

MENEZES, Marcela Nunes de. *As águas da disputa: um estudo da experiência do Fórum Permanente de Defesa do São Francisco da Bahia*. Brasília: Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

- MODERNELL, Renato. *O destino do velho Chico – O horizonte é incerto, ma a vida ainda pulsa cheia de cores ao longo do lendário rio São Francisco*. Os cominhos da terra. 2002, v. II, n. 5, Maio, p. 74-83.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O momento Lênin*. São Paulo: Novos Estudos 75, julho de 2006.
- PAULINO, Francisco de Sousa. *Nordeste, poder e subdesenvolvimento sustentado discurso e prática*. Fortaleza: Edições UFC, 1992.
- Pessoa, D. e. G., Osmil. *Transposição do rio São Francisco: A dimensão sócio-econômica*. Recife, Editora Massangana / DNOS, 1989.
- SIGAUD, Lygia et al. *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos e tecnológicos, sociais e ambientais*. São Paulo: AIE/COPPE/Marco Zero/CNPq, 1988.
- SIQUEIRA, Ruben e ZEELLHUBER, Andrea. *Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização*. In: Cadernos do CEAS. Salvador: Julho/Setembro 2007, n 227.
- Suassuna, J. *Transposição do rio São Francisco na perspectiva do Brasil real*. Fundação Joaquim Nabuco, 2001. Disponível: www.fundaj.gov.br.
- SUASSUNA, João. *Transposição das águas do Rio São Francisco para o abastecimento do Nordeste semi-árido: solução ou problema?* Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/joão.html. Acessado em: 08 de março de 2010.

DOCUMENTOS:

- MINISTÉRIO da Integração Nacional. Bases para a transformação: ações do governo federal na Bacia do Rio São Francisco e na área de Influência do Projeto de Integração de Bacias 2009-2010. Disponível em Publicações: <http://www.integracao.gov.br/publicacoes/index.asp>. Acessado em: 20/07/2010.
- MINISTÉRIO da Integração Nacional. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/>. Acessado em: 20/07/2010.